

Ter, 10 de Abril de 2012.
07:08:00.

TELETIME | ENTREVISTA
ANCINE | AGÊNCIA NACIONAL DE CINEMA

Mudanças no horizonte

TELETIME – Quais são as prioridades da agência para este ano?

João Rezende – Estamos trabalhando em duas frentes. A frente interna, que começou com o processo de abertura das reuniões, busca dar mais divulgação e transparência às atividades da agência, com um canal no YouTube e transmissão ao vivo das reuniões. Ainda no primeiro semestre queremos digitalizar os processos que chegam para o Conselho, o que culmina com a reestruturação interna da agência. É uma proposta que vai levar em consideração o mercado atual de convergência, de modernização tecnológica. Na frente externa, temos a prioridade do SeAC, soltando as primeiras outorgas em abril. Estamos com o edital de 2,5 GHz e 450 MHz, que é um desafio importante para a agência, o Plano Geral de Metas de Competição, e temos também outros regulamentos um pouco mais periféricos, como EILD, o novo regulamento do STFC, de fiscalização, e um que eu considero um regulamento importante, fundamental, que é o dos bens reversíveis, para termos um inventário de todos os bens das empresas.

TT - O inventário vem com o regulamento?

No dia que anunciarmos o regulamento dos bens reversíveis, queremos mostrar que isso existe. É muito importante entender que o inventário não significa que tudo que está nele é bem reversível. Porque a decisão se é bem reversível ou não será tomada no momento em que o Estado ou resolver retomar a concessão ou lá em 2025, quando disser quais bens são importantes para a continuidade do serviço de telefonia. Até porque a reversibilidade só vai ser discutida no momento em que o Estado tiver interesse em discutir a retomada do serviço.

TT - Mas a Anatel vai ter que fazer o controle.

A Anatel vai fazer o controle. Se vem um pedido para vender um imóvel, por exemplo, vamos analisar se, no entendimento de hoje, está na discussão da reversibilidade ou não. Mas não dá pra gente carimbar, até porque o dinamismo tecnológico e a modernização das empresas mudam as condições de prestação do serviço.

TT - E o Estado deveria promover a discussão sobre questão da reversibilidade agora?

Aí é outra questão. Tendo o inventário de todos os bens, a Anatel vai dando tratamento conforme a luz hoje do que entendemos sobre reversibilidade. Mas isso não impede que a gente faça uma discussão mais ampla da questão da reversibilidade e o que será o serviço de telefonia fixa daqui para frente. Essa é uma outra discussão que envolveria o marco regulatório, e eu estou disposto a enfrentar, ou pelo menos levar para o ministro.

TT - Qual é a sua posição sobre isso?

Acho que é importante pensar sobre isso. É evidente que a telefonia fixa vem perdendo peso para as outras formas de comunicação. Pode ser que a concessão esteja perdendo valor.

TT - Mas as redes que prestam todos os serviços são as mesmas. Uma mesma rede presta serviços de voz, de dados e vídeo.

Não acho que o caminho é a estatização das redes, porque cria o problema com a questão dos investimentos. Temos de resolver isso dentro do marco regulatório. Agora, a forma como vamos fazer isso é complicada. Será uma discussão muito longa que passa pelo Congresso Nacional também. Conversei muito com o ministro sobre isso e ele também acha que é importante a gente se debruçar sobre esse problema, sem, evidentemente, ainda apontar que solução seria dada.

TT - Depois que a LGT foi alterada pela Lei do SeAC para permitir a consolidação das diferentes empresas embaixo da concessionária, o sr. acha que as teles vão optar por isso ou vão esvaziar as concessões e deixar seus ativos sob as autorizadas?

Estamos com duas experiências que vão chegar para a agência, com visões diferentes. A primeira é a Sercomtel, que vai fazer o movimento de incorporação da móvel pela fixa. A fixa será a empresa mãe que deterá o SeAC e o móvel. E no processo aqui eles já estão separando esse debate da reversibilidade. Nesse caso, para a Anatel até que não é muito problema porque estaria entrando com um serviço autorizado dentro de uma concessão. A Embratel, por outro lado, pode já fazer o sentido inverso, passar tudo para a Claro. Mas, evidentemente, como estou colocando que temos o inventário completo hoje dos bens, inclusive da Embratel, não tem nenhum problema fazer um termo em que sabemos que aqueles bens estão vinculados à reversibilidade para continuidade da prestação do serviço público, na questão específica da Embratel, que é a longa distância. A lei modernizou muito, buscou a convergência, e não há porque travar esse processo de unificação, desde que se tenha o controle dos bens claramente estabelecidos.

TT - Mesmo que isso signifique uma parada dos investimentos na rede fixa, na rede do STFC?

Não, mas nesse caso não implica isso, necessariamente. Porque se você quer melhorar o serviço de triple play, você vai ter de modernizar a rede fixa também. Vai ter que levar a banda larga, não tem muita questão. O serviço de voz, sim, é que é uma outra discussão, que é o serviço que está em queda hoje.

TT - Sobre o **Serviço de Acesso Condicionado** (SeAC), a Anatel acha que pode dar prosseguimento à abertura do mercado mesmo na hipótese de o regulamento da **Ancine** atrasar?

Nós estamos cumprindo com o cronograma da lei. Ela deu seis meses para a gente regulamentar e estamos trabalhando nesse calendário. O que temos que entender é o seguinte: os novos não dependem necessariamente da **Ancine**. Porque aqui vamos dar uma outorga para explorar o serviço. Até começar a explorar, com certeza, a **Ancine** já aprovou os regulamentos.

TT - Vamos ver as mesmas empresas que hoje atuam na TV paga ou a Anatel espera alguém novo no mercado?

Acho que teremos novos operadores. Nas cidades médias e pequenas podem surgir pequenos grupos de investidores. Nos grandes centros, vejo essa decisão da Sky de fazer banda larga como algo que alterou um pouco a perspectiva. Nenhuma empresa vai conseguir sobreviver vendendo um produto só.

TT - A Anatel fez uma série de perguntas sobre colocar ou não metas de cobertura para as redes de SeAC. Como a agência responderia a estas mesmas perguntas?

Olha, na proposta original do regulamento não havia nem metas de cobertura mínima e nem contrapartidas. Acho que se estamos abrindo o mercado, é mais interessante que deixemos o investidor muito mais livre do que se colocar uma camisa de força muito pesada, e isso acabar atrapalhando essa relação do investimento. O conselheiro Rodrigo Zerbone estava com essa preocupação e depois foi feito um estudo pela minha assessoria técnica sobre os prós e contras de se colocar metas de cobertura. Entendemos que os contras eram bastante razoáveis do ponto de vista de desestimular o investimento. Minha posição é de que o momento é de deixar o mercado fluir com mais liberdade. Evidentemente que o Conselho é soberano e pode ser que algum conselheiro queira colocar na pauta do que vem na consulta pública. As perguntas foram realmente para provocar o debate.

TT - Pequenos e médios operadores temem que a liberação do mercado de TV paga lhes seja danoso.

Não podemos trabalhar com a perspectiva de que não podemos alterar o status quo. Não tem isso, senão a Anatel ia ficar parada em 1999. Acho que a realidade hoje é outra, é realmente dar uma flexibilidade maior para que haja uma possibilidade de surgimento de novos negócios. Nas médias cidades, em que estão os pequenos, não vamos ter dois, três concorrentes de **TV por assinatura**.

TT - As regras entre as duas agências que regularão o SeAC não estão equalizadas hoje, principalmente as de controle. A Anatel segue a Resolução 101 e a **Ancine** não. Não seria o caso de as agências tentarem equalizar, ou pelo menos uniformizar essas regras de controle?

Acho que não. A **Ancine** tem a sua competência em relação à programação e produção e

empacotamento. E a Anatel sobre distribuição. A **Ancine** não está obrigada a seguir a 101. Nós é que estamos e vamos preservar a Resolução 101 porque achamos que é um instrumento importante para vedar a participação cruzada, o controle cruzado em relação a telecom. Nossa decisão (sobre a anuência da liberar o controle da Net pela Embratel) procurou preservar a 101, porque ela é muito importante para a gente fazer a análise de participação cruzada, controle vedado, influência etc. A Anatel tem a visão da distribuição, que é o serviço na ponta quase, até como a própria lei definiu.

TT - As empresas precisarão ser reguladas por dois entes diferentes.

Mas que não se cruzam. Isso é importante dizer. A **Ancine** não se preocupa onde está a empresa, quantos assinantes ela tem, se ela tem cobertura mínima ou máxima, se ela está num bairro. Ela tem uma empresa de TV a cabo e sabe que ela vai ter que se preocupar em cumprir obrigações de empacotamento, produção e programação. Ela está preocupada com outros aspectos que nós também não estamos. Quer dizer, nós vamos dar uma outorga para o investidor, que vai lá e vai fazer. Agora, ele vai ser regulado lá pelas condições da **Ancine**.

TT - O modelo de licitação da faixa de 4G proposto, combinando 450 MHz com 2,5 GHz, não pode representar um risco adicional para a Anatel?

Achamos, primeiro, que há perspectiva muito grande do LTE no 450 MHz daqui a dois, três anos. Então, vai ser uma outra faixa para a 4G. A Qualcomm anunciou interesse de desenvolver esses chipsets. Evidentemente, precisa ter equipamentos para essa área. São 7 MHz a mais e é uma faixa de cobertura maior. No 2,5 GHz a capacidade maior, com cobertura menor. Acho que os dois se complementam. A única coisa que temos certeza é que vamos manter a data, vamos fazer o leilão.

TT - O sr. acha que o Brasil pode acelerar o desenvolvimento dessa tecnologia de LTE em 450 MHz?

Eu acho que pode. A Qualcomm já deu essa notícia, disse que tinha interesse em desenvolver chipsets para isso. Falta a indústria desenvolver equipamentos que contemham isso.

TT - Alguma perspectiva do preço?

Vai ser um preço que tenho certeza que vai viabilizar esse mercado, inclusive na venda de infraestrutura. Está no edital também uma proposta inclusive de que a empresa possa usar a cobertura da zona rural com outras faixas. Mas no futuro, três anos, quatro anos, a tecnologia vai se equiparar, porque na verdade está acontecendo esse movimento no mundo inteiro.

TT - E a discussão do 700 MHz? Por que não fazer agora?

Nós temos hoje 4.600 municípios que não têm problema com o 700 MHz. Mas nas regiões mais competitivas, tem ocupação dessa faixa. Precisaria fazer uma reengenharia. Tem que conversar muito com o setor de radiodifusão para encontrar uma saída. Acho que essa saída terá que ter consenso, ser discutida, depende de decisão política, porque radiodifusão está ligada ao ministério, o ministério tem a competência para iniciar o trabalho. Mas eu, particularmente, acho que no longo prazo o 700 MHz também, pelo menos uma parte do espectro, vai ter que ser usado para o serviço móvel. Mas agora temos que resolver o 2,5 GHz. Não podemos misturar uma discussão com a outra. Nem com o 3,5 GHz nós queremos misturar. Queremos resolver o problema do leilão do 2,5 GHz. Essa é a questão. O 700 MHz, virá bem mais para frente, em 2013.

TT - Sobre a reestruturação da Anatel, como acha que seria a modelagem ideal da agência hoje? Qual é a preocupação central que a agência tem que ter em relação à estrutura que tem hoje?

Acho que os serviços têm que estar concentrados em um lugar só. Esse é o primeiro passo para se discutir. Temos que ter uma superintendência preocupada com estudos econômicos, com impacto de mercado, que nós não temos hoje. E temos que ter um grupo olhando varejo, um outro grupo olhando o atacado. Acho que essa é uma coisa importante também hoje.

TT - O sr. acha que tem que ter uma superintendência para cuidar do consumidor, como foi sugerido?

Para o consumidor não, para o usuário. Quer dizer, uma superintendência não especificamente do usuário, mas que tenha uma gerência, alguma coisa que discuta a questão do usuário. Seria uma superintendência que cuidaria também da relação da prestadora com o usuário.

TT - Como será a transição de uma coisa para outra? Acha que tem alguma coisa de longo prazo? Como a Anatel vai ficar?

Eu estou muito otimista, estamos com baixa resistência em relação às mudanças. Acho que isso é importante. A Anatel está percebendo que precisa fazer algumas alterações e já estamos discutindo até o layout de como vamos fazer.

TT - Para os cargos-chave, tanto de superintendência quanto de gerência, a ideia de vocês é aproveitar o pessoal interno da agência?

Sem dúvida. É só interno. Os quadros que estão hoje dentro da agência. Não tem nenhuma preocupação de trazer hoje pessoas de fora. Essa não é nossa intenção. É trabalhar com quem está dentro da estrutura hoje.

TT - Vai ter necessidade de expandir o quadro de funcionários da Anatel?

Não existe como aumentar custos em nem um centavo, até porque a lei não permite. Eu só posso remanejar dentro do que tem. Descartamos consultorias, descartamos tudo. Vamos fazer o nosso processo aqui porque acho que temos conhecimento acumulado para isso.

TT - Mas hoje o sr. não vê a agência limitada em termos de estrutura, de orçamento para fazer o seu trabalho?

Não. A gente tem que trabalhar com o que tem. Nós estamos conseguindo fazer a transmissão, que disseram que não daria para fazer... Mas se sabe que hoje, daria para trabalhar tranquilamente com os recursos que tem. Até porque se nós formos rever o orçamento, só vamos rever em 2013, porque em 2012 já não dá mais. A questão é a seguinte: a sociedade cobra uma decisão da agência, o governo cobra decisão da agência. Quero que a agência decida. Acho que esse é o caminho que temos que fazer. E temos que encarar isso. Vai ter momentos de decisões polêmicas, momentos de decisões mais consensuais, mas faz parte do trabalho da agência.

TT - E como tirar o atraso dos processos acumulados, sobretudo de fiscalização?

Nisso aí nós temos que avançar. Tem que dar maior transparência nas metodologias para multas, fazer um trabalho de unificar as regras. Porque às vezes vem uma multa que já foi diferente no passado. Tudo isso cria dificuldades. Acho que temos que criar um ambiente estável nesse debate também.

TT - O relatório da Ouvidoria coloca uma quantidade grande de PADOs prescrita na Anatel...

Isso é muito grave. O que é mais importante nessa questão, e já estou conversando com todos os setores em relação a isso, é que temos que ter agilidade nos processos. Evidentemente, temos que ter uma racionalização; nessa reestruturação também vem uma superintendência para cuidar de PADOs especificamente, os PADOs vão passar por lá.

TT - O sr. acha que tem sido eficiente essa metodologia de sancionar as empresas com multas por conta de descumprimento?

Especificamente no caso da Oi tem um passivo lá de R\$ 5 bilhões provisionados. Então, se você olhar, tem um impacto na empresa.

TT - Mas nem tudo isso é Anatel, não é?

Não. Evidentemente que a auditoria que faz o trabalho calcula quais são os riscos possíveis, os passivos. É ruim a empresa ter passivo. É evidente. O passivo vai contar lá na frente para o valor da empresa, para a distribuição de dividendos. Acho que isso é uma coisa que toda a empresa se preocupa. O que nós estamos achando é que é muito melhor que o consumidor seja atendido, que o usuário seja atendido, do que você multar. Agora, evidentemente, quando não há saída, haverá multas. Então, nós temos que mudar um pouco essa cultura e é a visão da agência. O nosso interesse é que seja resolvido o problema do consumidor. Na nossa visão, é melhor que restabeleça o serviço do que dar multa.

TT - Sobre o pedido de anulação dos regulamentos de qualidade da banda larga feitos pela Oi, era necessária a consulta pública?

Veja bem, a Anatel tem que notificar terceiros quando se pede a anulação de um ato. Posso recusar dentro do processo, mas tenho que dar uma resposta. Tenho que avisar que tem setores que estão pedindo a anulação de um regulamento e que pode afetar especificamente o que

entendemos que é um direito difuso dos consumidores.

TT - Então o mérito da questão é simplesmente avaliar se anula ou não anula. Ou há a possibilidade de a Anatel revisar o regulamento?

Não. Não há, de jeito nenhum. Não vamos fazer a revisão do regulamento. O que foi feito é que uma empresa tem o direito de entrar com um pedido de anulação de um ato e fomos ouvir as outras partes interessadas. Esse debate da qualidade permeou toda a sociedade. E se for para anular, tenho que perguntar aos terceiros. Vamos ver as respostas dos interessados e decidir isso tranquilamente. A minha posição é que não deveríamos anular esse processo.

TT - E esse pedido não pode no futuro vir a ser um argumento da Oi para não cumprir os prazos do regulamento?

Só se for Judicial. Dentro da Anatel não. Vai começar a haver a aferição. Daí a um ano e dois meses começa o processo de multa para quem não estiver cumprindo. Isso vai dar lá para meados de 2013, início de 2014, talvez.

TT - As relações comerciais entre as operadoras, de oferta no atacado, serão reguladas como uma relação de prestadora com o usuário na nova estrutura?

Nesse processo de reestruturação da agência surgiu a discussão de que precisamos ter uma gerência pelo menos cuidando do atacado, das redes, de como é esse relacionamento. Isso acho muito importante. Vem na linha de fortalecer, inclusive, o PGMC, no debate da questão da infraestrutura. O governo está trabalhando num decreto que vai discutir a questão do compartilhamento em obras públicas ou em concessão, e acho que temos de discutir a nossa parte. Tem um problema hoje associado aos municípios, porque os municípios têm autonomia para o plano diretor, na visão que têm de ocupação de solo urbano, de compartilhamento, de instalação de ERBs. E tem que haver uma lei federal. **Outros** países já fizeram. O Chile acabou de fazer, a França também fez, e um tratamento geral nessa questão de infraestrutura. Evidentemente que a Anatel não regula, por exemplo, direito de passagem de uma concessionária de rodovia.

TT - O ministério está trabalhando também nesse decreto para a construção de novas redes, em que ele exigirá, ao que consta, algumas contrapartidas. Como a Anatel trabalhará na definição dessas contrapartidas?

Quando o ministro fala de contrapartida é exatamente a obrigação do compartilhamento. O ministério está pensando em dar incentivo para a construção de redes novas. Não sei se a Anatel vai ter que regulamentar alguma questão. Mas a preocupação maior é evitar a duplicação de infraestrutura, fazer o compartilhamento, incentivar consórcios.

TT - A Anatel acredita que conseguirá agilizar o acompanhamento do mercado ao delegar para entidades independentes funções de fiscalização e arbitragem, como proposto no Plano Geral de Metas de Competição (PGMC)?

Queremos deixar uma entidade só, que é a câmara setorial, de debate entre as empresas. Acho muito importante isso. E vamos ter do nosso lado uma gerência voltada para esse debate, vamos ter um acompanhamento mais de perto de como desenrolam essas negociações e até mesmo entender um pouco como é que funciona a dinâmica das redes.

TT - Então não vão deixar para o mercado se regular, como era a proposta original do PGMC, mas sim colocar um pouco mais a Anatel?

Com a Anatel acompanhando, estudando com que medidas a gente pode incentivar. Mas, evidentemente que isso é uma relação privada entre demandantes e ofertantes de infraestrutura. É uma questão importante. Que eles resolvam entre si.

TT - A Anatel sinalizou no regulamento de 2,5 GHz uma série de regras de compra e aquisição de equipamentos. Isso já estava também no 3,5 GHz. Vocês pretendem levar adiante a ideia de ter um regulamento de pesquisa e desenvolvimento (P&D)?

Sim, isso é importante. Até porque precisamos definir melhor o que seria pesquisa e desenvolvimento, muito mais do que a questão de fabricante nacional. A ideia é de que a gente refaça a visão do P&D muito mais no sentido de atribuir pontos para quem tem tecnologia nacional. Isso não vai interferir no leilão de frequências, mas a empresa que mostrar que está desenvolvendo P&D teria uma pontuação maior nos editais. É esse o debate. Diferente, inclusive, do edital de 2,5 GHz, que coloca especificamente. Mas talvez a gente devesse criar um negócio

mais de longo prazo, a operadora acumularia pontos para participar de futuros leilões.

TT - Como se chegou a esses percentuais do edital de 2,5 GHz?

Houve uma discussão no Ministério de Ciência e Tecnologia, o Rodrigo Zerbone (relator) esteve lá discutindo quais critérios seriam melhores. O que não pode é a Anatel fazer uma política industrial sua. Seria loucura. A Anatel não tem competência para isso. Ela tem que ouvir os órgãos de assessoramento do governo, que estão decidindo essa questão. O regulamento deve, evidentemente, estar alinhado com as políticas de governo.

TT - E esse regulamento é para este ano ainda?

Acho que teria que ser para o primeiro semestre, na minha visão. Porque precisa discutir mais.

Im